

Manaus, domingo, 16 de junho de 2002

## FINANCIAMENTO

# Projetos beneficiam aldeias

Andréia Mayumi

**LÍDERES INDÍGENAS VÃO GERENCIAR R\$ 1,5 MILHÃO, LIBERADOS PELOS GOVERNOS DO BRASIL, DA ALEMANHA E DA INGLATERRA**

ANA CELIA OSSAME

**P**ela primeira vez na história do Brasil, comunidades indígenas da Amazônia brasileira vão receber e administrar recursos econômicos destinados a financiar projetos voltados para o desenvolvimento econômico, social e cultural de aldeias. A Comissão Executiva dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) aprovou, na sexta-feira, a liberação de R\$ 1,5 milhão, oriundos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e dos governos alemão e inglês para financiar oito projetos de comunidades indígenas do Amazonas e do Pará.

"Os índios passam a escrever uma nova fase na sua história", disse o índio Piná Tembê, 37, da etnia tembê, do Pará, ao elogiar a disposição dos recursos que serão liberados em três meses. Dentre os projetos aprovados que contarão com a assessoria técnica do PDPI estão o da Associação das Mulheres Indígenas Ticunas, o de melhoria alimentar, resgate cultural e comercialização de produtos dos índios ianomânis, capacitação das comunidades para fiscalização de terras indígenas do Acre e Sul do Amazonas; centro educacional cultural tariano; projeto agroambiental suruí-sororó; atividades econômicas sustentáveis dos índios culinas

e dos índios canamaris; projeto de piscicultura do Alto Tiquié e fortalecimento institucional da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

O gerente do PDPI, coordenado pelo MMA no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), índio Gersem Baniwa, explica que esses projetos são os primeiros de uma dezena de outros a serem aprovados em novas reuniões do PDPI, que deverão acontecer de quatro em quatro meses.

Nesses encontros será definida a aplicação de um total de US\$ 16 milhões pelo período de cinco anos. "É uma nova relação dos índios com a sociedade e o Estado", explica Gersem, otimista com o fato de o País ter se adaptado à nova realidade das aldeias indígenas. O volume total dos recursos deverá beneficiar os 240 mil índios de 120 etnias que vivem na Amazônia brasileira, segundo Gersem.

Os projetos, que vão receber valores variáveis entre R\$ 45 mil a R\$ 240 mil, seguem os princípios que norteiam o PDPI, valorizando a cultura, desenvolvendo atividades econômicas sustentáveis ou que visem a preservação das terras. Na base de todos eles, diz o gerente, está a iniciativa da população indígena, que os definiu a partir das suas demandas.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Isa Maria Pacheco, membro da comissão, informa que a aplicação de recursos em projetos foi definida durante a ECO-92, mas só agora vai sair do papel. "Desde aquele período começaram as negociações que, só agora, foram concluídas", afirma ela, apostando na capaci-



AVANÇO

Gersem se diz otimista com a adaptação da sociedade à nova realidade socioeconômica das 120 etnias amazônicas

dade de os índios gerenciarem os recursos de forma a beneficiar as comunidades.

O vice-coordenador geral da Coiab, Genival de Oliveira dos Santos, conta que, depois dos treinamentos, chegou a hora de as comunidades indígenas realizarem o sonho de, elas próprias, gerenciarem seus projetos, sem ter que ser conduzidas pelos brancos. Será um desafio administrar os recursos, tarefa para a qual contarão com a assessoria técnica do programa e da qual terão que prestar contas, mas ele está otimista. "As comunidades têm a decisão de fazer, e isso é o mais importante", explica.

## TERRAS DEMARCADAS

## Invasores preocupam

Para o índio Piná Tembê, da etnia tembê, do Pará, da comissão executiva do PDPI, a proposta é desafiadora. Os tembês têm em pauta um projeto para a fiscalização e recuperação da área de 279 mil hectares que, mesmo demarcada, tem 60% da extensão ocupadas por invasores, como fazendeiros, madeireiros, pescadores e caçadores. Piná confessa que a comunidade

achava que a demarcação fosse suficiente para garantir a preservação da mesma, mas enganou-se. Por isso, elaboraram um projeto para ser financiado pelos governos brasileiro e alemão. Mantendo atividades agrícolas na produção de farinha, feijão e milho, os recursos vão implantar um sistema de vigilância aliado à educação ambiental para conscientizar a população branca sobre a importância da preservação das terras não só para os índios, mas também para os brancos. Para o índio Sompré Xerente, da

aldeia xerente de Tocantins, a possibilidade de gerenciar um projeto econômico e social é algo novo para os índios, mas ele diz que as comunidades foram preparadas, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores. "O governo brasileiro já destinou dinheiro para projetos nas áreas indígenas há alguns anos, mas como nós não estávamos preparados tecnicamente, eles fracassaram", frisa ele, acreditando que, agora, por contar com assessoria técnica, a história nas aldeias será diferente. "Nós criamos, vamos implantar e administrar esses projetos", finaliza